

Notas sobre o Capitalismo Contemporâneo: exploração do trabalho, financeirização e crise do sistema

Resumo

O presente artigo analisa a crise atual como a expressão das dificuldades históricas de valorização do capital na esfera produtiva, não se limitando, portanto, ao colapso da arquitetura financeira. Para tanto, examinamos alguns elementos que foram essenciais para a sustentação de uma nova modalidade de acumulação no capitalismo contemporâneo, quais sejam: ampliação da precarização do trabalho, aumento da produtividade do trabalho, redução dos salários, expansão do crédito de consumo e hipertrofia do mercado financeiro. Em face da recessão originada na crise dos anos 1970 e temendo uma depressão econômica, o capital passou a despendar esforços, maciçamente, em duas frentes: a exploração do trabalho e a desregulamentação das finanças, em grande medida assistidas por políticas neoliberais. Esta estratégia de defensiva, levando a um exuberante crescimento das finanças, e ofensiva, em detrimento do proletariado com vistas à criação de mais-valia e redução de custos, foi crucial para a geração de uma massa desproporcional de capital financeiro especulativo em relação à economia real. Portanto, o objetivo deste trabalho é entender o significado das ações implementadas pelo capital nos últimos quarenta anos para, posteriormente, avaliarmos a atual crise como a manifestação de uma crise maior, de natureza estrutural.

Palavras-chave: Exploração do Trabalho, Desregulamentação das Finanças, Crise Financeira.

Abstract

This article analyzes the current crisis as reflecting the historical difficulties of capital appreciation in the productive sphere, not restricted, therefore, to the collapse of the financial architecture. To this end, we examine some elements that were essential to sustain a new mode of accumulation in contemporary capitalism, such as: expansion of precarization of labor, increased of labor productivity, reduce of wages, expansion of consumer credit and hypertrophy of financial market. In the face of the recession caused of the crisis of the 1970s and feared an economic depression, capital spending efforts spent massively on two fronts: the labor exploitation and deregulation of finance, largely assisted by neoliberal policies. This defensive strategy, leading to a lush growth of finance, and offensive, to the detriment of the proletariat with a view to creating surplus value and cost reduction, was crucial to generate a disproportionate mass of financial capital over the economy real. Therefore, the objective of this article is to understand the meaning of the actions taken by capital in the last forty years later, assessing the current crisis as a manifestation of a major crisis, structural in nature.

Key-words: Labor Exploitation, Deregulation of Finance, Financial Crisis.

Área temática 3: Economia Política, Capitalismo e Socialismo

Subárea-temática 3.2: Capitalismo Contemporâneo

Artigo submetido às Sessões de Comunicações

1. Introdução

A configuração do capitalismo contemporâneo está profundamente enraizada na perda colossal de rentabilidade do capital verificada, inicialmente, na transição dos anos 1960 aos 1970, depois na recessão generalizada registrada no intervalo de 1974-75 e, posteriormente, entre 1980-82, momento em que a recessão torna-se ainda mais nítida. Quando a crise dos anos 1970 se instalou na economia mundial – como reflexo das contradições de um sistema que tende a produzir acima da sua capacidade de realização, requerendo a necessidade de eliminação de forças produtivas, de capitais – o capitalismo buscou reformular o seu padrão de acumulação, através da adoção de novos fundamentos que assegurassem a valorização do capital.

À medida que este quadro geral de desestabilização foi se tornando cada vez mais crônico e uma onda longa expansiva foi substituída por uma onda longa recessiva, surgiu uma articulação de elementos que formaram a tentativa de resgate da dinâmica econômica do pós-guerra. A classe capitalista foi perspicaz e desenvolveu uma lenta, porém, eficaz ofensiva contra o proletariado, extraindo, ao máximo, a mais-valia necessária e fundamental para sustentar a estrutura da acumulação que, neste momento, estava arquitetada pela ampliação do crédito, pelo aumento da dívida pública e, principalmente, pela hipertrofia do mercado financeiro. Desse contexto nasce a acumulação flexível, reestruturando a indústria capitalista e reorganizando o trabalho; uma modalidade de acumulação que foi exitosa em relação à restauração das taxas de lucro, o mesmo não ocorrendo em relação ao crescimento econômico e às manifestações de crise (NETTO; BRAZ, 2008).

A acumulação flexível passa então a configurar como “um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 2008, p. 140). No cerne desta nova modalidade de acumulação, desenvolveram-se rápidas transformações nos padrões de desenvolvimento desigual, seja entre setores, seja entre regiões geográficas, o que culminou em um amplo movimento de emprego no setor de serviços, como também na criação de conjuntos industriais completamente novos, notadamente, em regiões até então subdesenvolvidas.

No entanto, dentro do conjunto de alternativas adotadas pelos capitalistas no sentido de impor uma estratégia em combate ao quadro recessivo que havia se estabelecido na economia mundial, evitando, assim, uma depressão, a financeirização é a mais peculiar a essa fase do capitalismo. Na prática, esse desenvolvimento se fez mediante a desregulamentação

do mercado de finanças, onde a “progressão da acumulação financeira foi estreitamente ligada à liberação dos movimentos dos capitais e à interconexão internacional dos mercados de ativos financeiros” (CHESNAIS, 2005, p.36). Dessa forma, o dinheiro passou a gozar de maior autonomia, manifestada pelo crescimento do capital financeiro e o surgimento de novas formas de capital fictício, adquirindo uma forma própria de valorização, uma autonomia que parece tê-lo tornado independente da produção e do trabalho.

Nos Estados Unidos (EUA)¹, com a desregulamentação financeira durante os anos 1980 e 1990, além da falta de supervisão de suas ações pelos órgãos fiscalizadores do estado, os bancos e as financeiras foram impelidos à busca desenfreada de clientes, fossem eles famílias, empresas ou governo, marcando o retorno da ideologia do *laissez-faire* ou livre mercado que passava a dominar as políticas econômicas no mundo todo. Com a globalização financeira, esse fenômeno torna-se mais latente, ultrapassando as fronteiras dos países centrais, com destaque para os EUA, e se espalhando para o resto do mundo. Por consequência, o mercado financeiro americano expandiu fortemente e com cada vez menos precaução, através de novas formas de arquitetura financeira, o que se traduziu num disparate entre a riqueza real e a de caráter ilusória, baseada em capital fictício, que se manifestará sob a forma de crise.

A crise atual foi diagnosticada por diversos autores como mais uma crise financeira, enraizada no colapso do mercado hipotecário e, em seguida, pelo mercado de crédito dos Estados Unidos. Entretanto, uma crise financeira localizada, muitas vezes, pode ser a manifestação de um sintoma de uma crise maior causada por fatores subjacentes à economia real. Então, torna-se necessário uma análise cuidadosa para se entender uma crise que abala a economia, ainda que inúmeras medidas já tenham sido adotadas pelo Estado no sentido de solucionar o problema e recuperar o sistema. Uma análise adequada para um receituário correto, entretanto, depende de um diagnóstico preciso e isso, por si só, já impõe a necessidade de avaliar a lógica dessa crise, buscando identificar a sua essência. Diante dessa questão, torna-se importante entender o significado do conjunto de ações implementadas pelo capital desde então. É o que tentaremos fazer nas próximas seções.

¹ Os Estados Unidos, pelo tamanho e importância da sua economia para o mercado mundial e por ter sido o palco onde se apresentou, inicialmente, a crise atual, será alvo de nossa análise para explicar a essência da presente crise.

2. A exploração do trabalho

Os acontecimentos de queda da lucratividade do capital e desaceleração do crescimento econômico se constituíram em um obstáculo à acumulação do capital, porém, estas não eram as únicas barreiras à recuperação do sistema capitalista. Era necessário subtrair algumas conquistas da classe operária que se deram através do reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores durante o *Welfare State*, o que, neste quadro de instabilidade, funcionava como uma carga tributária para o patronato. Em vista disso, o ataque ao movimento sindical se fazia urgente, exigindo que o capital passasse à ofensiva e, em face dessa necessidade, os capitalistas investiram com bastante ímpeto em prejuízo do proletariado, lançando medidas legais restritivas, em um primeiro momento, com o intuito de conter o poder de intervenção dos sindicatos, para, mais tarde, beneficiarem-se de formas repressivas.

Nos circuitos produtivos, o assalto do patronato fez-se mediante a redução da rigidez do método de produção taylorista-fordista que, nesta ocasião, é sujeitado pela acumulação flexível. Isso consentiu ao capital um maior controle sobre a exploração dos trabalhadores, culminando em uma nova forma de organização do trabalho que se potencializou e se adequou à lógica do sistema, cujos pilares foram e são as políticas neoliberais – liberalização comercial, desregulamentação do mercado financeiro e privatização de patrimônio público – e a reestruturação produtiva – flexibilização da produção e das relações produtivas. Esses fatores asseguraram a consecução do desenvolvimento do capitalismo conforme suas reivindicações, concedendo a intensificação de um problema indissociável do modo de produção capitalista, qual seja, a precariedade do trabalho.

A flexibilidade das forças produtivas levou à redução relativa do trabalho estável, visto que o capital passou a recorrer, com bastante frequência, ao trabalho em tempo parcial, temporário, subcontratado ou terceirizado. Sob a acumulação flexível, os capitalistas, por um lado, adotaram técnicas mais flexíveis de organização da produção (o *just-in-time*² é o exemplo clássico) e, por outro, lançaram mão de contratos de trabalho mais flexíveis, tirando proveito, dessa forma, do enfraquecimento do movimento sindical e de novos trabalhadores que passaram a avolumar o exército industrial de reserva (EIR).

A terceirização, como parte integrante desse processo, é um mecanismo que ganha uma nova dimensão no bojo do desenvolvimento das forças produtivas, pois não se restringe apenas aos setores desprotegidos/tradicionais da indústria e dos serviços, mas aparece,

2

principalmente, nos setores organizados/modernos do capitalismo. A partir da globalização neoliberal, verifica-se, a ampliação de um conjunto de pequenas empresas fornecedoras e subcontratadas que estão na órbita do grande capital, de corporações e conglomerados transnacionais (ALVES, 1999).

Estas corporações transnacionais respondem pela geração de inúmeros postos de trabalho terceirizados e a ampliação da subcontratação da força de trabalho está diretamente relacionada a custos salariais inferiores. Somamos a isso a falência das economias socialistas (centralmente planejadas) e a difusão, em países desenvolvidos, da desregulamentação do mercado de trabalho, da abertura comercial, da internacionalização do capital produtivo e da hipertrofia das finanças, e verificamos a formação de um enorme contingente de mão-de-obra barata e relativamente qualificada à disposição dos capitalistas. Considerando apenas os países socialistas do leste europeu, a China e a Índia, chega-se a um total de 1,3 bilhão de trabalhadores inseridos na lógica de concorrência internacional por trabalho barato (POCHMANN, 2008). A terceirização promove, dessa forma, uma contra-tendência à queda da taxa de lucro porque reduz os custos sociais que outrora correspondiam a uma determinada categoria de trabalho³.

Além da precarização do trabalho, outro aspecto relevante sobre a ofensiva do capital ao trabalho é a relação entre a produtividade do trabalho e os salários. Sabemos que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social tem como resultado a elevação da geração de mais-valia, proporcionando tanto a ociosidade forçada de uma parcela da classe trabalhadora, ou seja, expansão do EIR, como o enriquecimento individual dos capitalistas. Essa expansão do EIR traz conseqüências para o movimento geral dos salários, uma vez que a regulação salarial se dá, exclusivamente, pela proporção variável em que os trabalhadores são divididos em exército ativo e exército de reserva, ou seja, pela dilatação e redução do EIR. Em outras palavras, como é a variação da acumulação que regula o nível dos salários, o aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, do EIR, provoca a diminuição dos salários. “Expressando matematicamente: a magnitude da acumulação é a variável independente, o montante dos salários, a variável dependente, não sendo verdadeira a afirmação oposta” (Marx, 1985, p.192).

À medida que cai o valor da força de trabalho, os trabalhadores são cada vez mais explorados e essa relação entre produtividade do trabalho e salário vem sendo reafirmada desde a deflagração da crise dos anos 1970. Tomemos o exemplo dos Estados Unidos,

³ O trabalho industrial.

analisando a produtividade do trabalho no período de 1958 a 2005 (ver Gráfico 1). A contar de 1950, momento em que se dá a Era de Ouro do capitalismo e o auge da produção fordista, até os anos 2000, a taxa de produtividade do trabalho assume uma trajetória de crescimento a ritmos variáveis: entre 1948 e 1966, apresenta uma taxa de crescimento da ordem de 3,5%, enquanto que, entre 1966 e 2003, a média de elevação da produtividade do trabalho passa a crescer a taxa de 1,6%, revelando uma recuperação limitada nos últimos anos (DUMÉNIL; LÉVY, 2007).

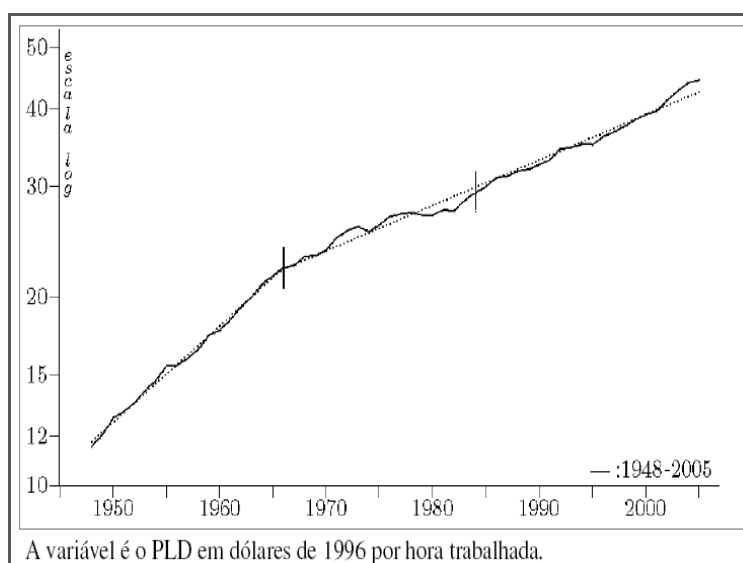


Gráfico 1 – Produtividade do Trabalho (%): EUA, economia privada

Fonte: Duménil; Lévy (2007).

Quanto à proporção de salários e dos benefícios salariais em relação ao PIB dos Estados Unidos (Gráfico 2), observamos que nos anos 1960 há uma oscilação nesta taxa, porém, é partir da década 1970 que ela sofre uma queda drástica, retomando seu crescimento em 1994, com posterior declínio de 2000 até 2005. Esses dados mostram uma redução acentuada da participação da remuneração dos trabalhadores norte-americanos no PIB, pois, além do desenvolvimento da produtividade, a estagnação econômica dos anos 1970 levou o capital a intensificar sua guerra contra a classe operária no sentido de aumentar os lucros e, simultaneamente, reduzir os custos do trabalho.

Para que se tenha uma maior clareza dessa dinâmica, em 1972, a média dos salários reais dos trabalhadores não-agrícolas nos Estados Unidos chegou a U\$ 8,99 por hora (em dólares de 1982), ao passo que, em 2006, o valor caiu para U\$ 8,24, idêntico à taxa de salário

real por hora vigente no ano de 1967 (FOSTER; MAGDOFF, 2008). A trajetória declinante da massa salarial nas últimas décadas também é flagrante nos países europeus e no grupo dos sete países mais ricos do mundo: entre 1982 e 2006, a França registrou um declínio de 9,3%, próximo à redução verificada na União Européia, de 8,2%, e acima da queda observada no G7, da ordem de 5,8% (HUSSON, 2007).

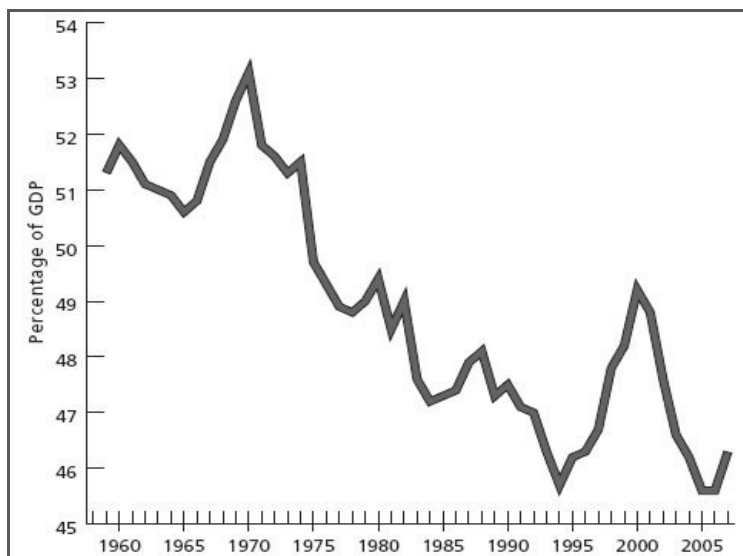


Gráfico 2 – Salário e Benefícios Salariais como Percentual do PIB

Fonte: Foster; Magdoff (2008).

A ampliação da precarização do trabalho e o achatamento dos salários são expressões do aumento da taxa de exploração dos trabalhadores em anos recentes, fator responsável pela recomposição da rentabilidade do capital que tem estreita relação com o surto de crescimento verificado em algumas áreas da produção, em especial, nos nichos produtivos asiáticos. A China é o exemplo mais visível desse processo, uma vez que colocou em prática a transformação de milhões de trabalhadores camponeses em trabalhadores assalariados com salários abaixo da média internacional. Nesse sentido, a economia chinesa passou a fornecer ao mundo capitalista força de trabalho barata, portanto, construiu uma estrutura muito eficiente para extração de mais-valia. Este valor excedente, por sua vez, ficou concentrado nas mãos de corporações e de investidores institucionais, tais como seguradoras e fundos de pensão, sendo, mais adiante, canalizado para fluxos monetários mediados por instrumentos financeiros exuberantes.

Acontece que grande parcela da mais-valia não foi reinvestida na esfera da produção, mas boa parte rumou para a esfera financeira, para o mercado de crédito e para o financiamento de dívidas, o que provocou uma lenta acumulação de capital em face da rentabilidade alcançada. A ofensiva do capital contra o trabalho resultou em uma ampliação da exploração do trabalho sustentada pela redução dos salários, o que ocasionou dificuldades de realização das mercadorias. Perante este embaraço, o crédito despontou como a saída para essa questão⁴.

Portanto, a elevação da precarização do trabalho foi e continua sendo um aspecto chave por funcionar como base de sustentação à nova modalidade de acumulação, ou seja, sem ela não seria possível a flexibilização das relações produtivas e, o mais fundamental, a financeirização não teria alcançado as dimensões que alcançou, conforme veremos na próxima seção, onde discutiremos o desenvolvimento excessivo do mercado financeiro, a ampliação do crédito e a criação desenfreada de capital fictício.

3. A hipertrofia da esfera financeira

Paralelamente ao processo de acumulação flexível verifica-se, nesse período, uma mudança significativa no rumo dos investimentos em direção ao mercado financeiro comparativamente ao mercado produtivo, acompanhada da elevação do crédito que, em grande parte, migra para o consumo das famílias. Esse aumento do consumo pelo crédito se somará a elevação da exploração do trabalho para alimentar o circuito do capital financeiro, uma vez que este não é capaz de gerar valor novo, e sua remuneração provém da mais-valia gerada no setor produtivo e no endividamento. Esse processo de financeirização veio atender à busca da recuperação da dinâmica capitalista dos anos dourados.

A dominância do capital financeiro sobre o produtivo não é algo novo, mas ela ganha uma nova configuração no capitalismo contemporâneo. Ao observar a história financeira do século XX percebemos que, por volta de 1913, a dominação das finanças, devido tanto à livre movimentação de capitais como à liberdade de câmbio assegurada pelos tratados de comércio e investimento da época, existia efetivamente. Como foi bem colocado por Lênin (1987), o conjunto da economia mundial em princípios do século passado constituía uma fase superior

⁴ Em função da importância do crédito para o capitalismo contemporâneo, voltaremos a tratar dele mais adiante de maneira mais detalhada.

do capitalismo, denominada de imperialismo⁵, que tinha por base, principalmente, a predominância do capital financeiro. Portanto, o capitalismo da virada do século XIX para o século XX fundou-se, entre outros traços fundamentais, na formação do capital financeiro, fruto da fusão e interpenetração entre o capital bancário e o capital industrial, e a partir dele, sobre o desenvolvimento e o predomínio de uma oligarquia financeira.

Entretanto, em fins da década de 1920, o mundo assistiu à fragmentação dos mercados financeiros, até então, todo-poderosos e com plena capacidade de orientação da economia. É com o *Crash* de 1929 que o sistema financeiro passa a ser rigorosamente controlado. Das reformas dos anos de 1930, surge um sistema voltado para a administração das finanças, no qual as atividades bancárias e financeiras passaram a ser estreitamente supervisionadas pelos governos, como também, ao fim da Segunda Guerra Mundial, foram implantados mecanismos de inspeção e controle do setor financeiro. Em fins da década de 1960, as grandes indústrias capitalistas passam a sofrer com o excesso de capacidade produtiva e imobilização de capital e isto significa que o processo de reprodução de mais-valia estava estagnado, o que acabou por acarretar a queda da taxa de lucro nas principais economias capitalistas. Nesse momento, a inversão de capital para esfera financeira se apresenta como alternativa ao capital ocioso e uma tentativa de manutenção da taxa de lucro em nível elevado.

O capital financeiro é [atualmente] a etapa mais avançada do capitalismo, porque nela a capacidade de mobilização dos capitais se transformam em uma força de supressão das barreiras tecnológicas e de mercado, nascidas do próprio processo de concentração – em particular daquelas que decorrem do aumento das escalas de produção, com imobilização crescente das grandes massas de capital fixo. (BELUZZO, 2005, p. 8)

Portanto, o que se verifica é que a etapa vigente do sistema capitalista, marcada pela preponderância do capital financeiro - cujas bases foram alicerçadas no início da década de 1970, com a quebra do acordo de Bretton Woods, reafirmadas no início da década de 1980, com a desregulamentação e a liberalização financeira, liderada pelo presidente americano Ronald Reagan e pela primeira ministra inglesa Margaret Thatcher e, sacramentadas, no início da década de 1990, por uma série de políticas neoliberais, denominadas de “Consenso de

⁵ “O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual [...] A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros” (LÊNIN, 1987, p. 58). Para o autor, o imperialismo constitui um novo estágio do capitalismo, e não a fase terminal deste modo de produção.

Washington” – recolocou o mercado como agente regulador automático da economia e a “mão invisível”, ironicamente, reapareceu no cenário econômico com grande destaque.

Ressalte-se que o capital financeiro, que Marx chamava de capital portador de juros ou capital bancário, não apenas se apropria de uma parte da mais-valia gerada no setor produtivo, mas aumenta a eficiência da produção de excedente e dá maior velocidade de reprodução ao ciclo do capital. Isso significa que ele interfere de maneira positiva no sistema capitalista e colabora para o seu crescimento, já que as atividades de bancos, que emprestam dinheiro ao setor produtivo, onde a mais-valia é gerada, ainda que improdutivas, são necessárias para o funcionamento do capitalismo. Entretanto, as atividades do setor financeiro (da mesma forma que do setor de comércio) não geram valor novo, atribuição do capital produtivo devido a sua capacidade exclusiva de gerar mais-valia e a sua diminuição, via substituição de investimentos na produção por investimentos no mercado financeiro, evidencia toda contradição do sistema capitalista e acelera o processo de surgimento de crises, que se tornam cada vez mais recorrentes. Cabe aqui ressaltar a diferença entre capital a juros e capital fictício que precisa ser explicitada, já que este último, no capitalismo contemporâneo, irá aumentar demasiadamente sua extensão, a ponto de tornar-se dominante.

O resultado [da desregulamentação financeira] foi um crescimento veloz e amplo das inovações financeiras, dos processos de duplicação e multiplicação de dívidas com os derivativos, as securitizações de créditos, os produtos financeiros estruturados, ampliando a massa mundial de ativos financeiros relativamente aos produtivos. Enquanto no início dos anos 1980 a relação entre esses ativos era de respectivamente pouco mais de um para um, essa relação ultrapassa três unidades de ativos financeiros para uma unidade de produção real em 2006, mostrando um conteúdo fictício significativamente elevado. (MOLLO, 2008, p.9)

O capital fictício, tal como qualquer tipo de capital financeiro, não gera valor novo, ao contrário, apenas dá direito a apropriação de uma parte da mais-valia produzida na sociedade sob a forma de rendimentos. Mas diferencia-se do capital a juros, pois, ao contrário deste, não possui mais, ou nunca possuiu vínculo com a produção. Como a fase atual do capitalismo é marcada por uma crescente separação entre o crescimento do setor financeiro em relação ao crescimento do setor produtivo, contribuído pelo avanço do processo de autonomização das formas particulares do capital, isso possibilita à forma capital-dinheiro acumular riqueza fictícia sem ter que passar pelas agruras da produção material.

O que vem se passando no capitalismo contemporâneo é o *fabuloso crescimento* (em função da superacumulação e da queda da taxa de lucros) *dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente*, mas que succiona seus ganhos (juros) da mais-valia global - trata-se, como se vê, de uma sucção *parasitária*. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 231-232).

No entanto, todo capital que não passa pela produção é puramente fictício, não do ponto de vista do capitalista individual, que pode comercializar o título de propriedade do qual é detentor, mas do ponto de vista da sociedade como um todo.

Outro aspecto que se sobressai nessa fase do capitalismo contemporâneo é o espetacular aumento da demanda de crédito. A necessidade do crédito, apesar de acentuada nesse período, não é algo novo e decorre das contradições das condições de produção, seja pela interrupção da produção para o início da fase da circulação, o que provoca um obstáculo à geração de mais-valia, seja pela limitação das dimensões do consumo em uma sociedade capitalista, o que torna presente em seu seio a possibilidade de crise.

A possibilidade geral de crise é dada com a dupla existência da mercadoria como mercadoria e como dinheiro. Isso implica que o fluxo de circulação de mercadorias possa sofrer uma interrupção, na qual o dinheiro corre como tesouro, ao invés de ser empregado na circulação de mercadorias. O processo $M1 - D - M2$ fica paralisado porque D, que realiza a mercadoria M1, não realiza automaticamente M2. M2 permanece invendável e, com isso, dá-se a paralisação. (1985, p.231)

Nesse sentido, o crédito buscou retirar os obstáculos à valorização do capital. Entretanto, junto com a solução ele trás novos problemas ao sistema, pois alimenta uma dinâmica de acumulação que, por si só, já é capaz de produzir acima da sua capacidade de absorção, ou seja, que tende à superprodução, além de propiciar a especulação. É que o crédito, tão importante para a acumulação, principalmente nessa nova etapa do capitalismo marcada pela financeirização da economia, é a base para a formação de capital fictício criando, dessa forma, um ambiente propício às crises, pois:

Enquanto o objetivo da acumulação é o aumento da produtividade, o mecanismo para a sua realização opera por meio do acesso ao crédito. Em consequência disso, cria-se uma divergência entre a acumulação do capital na produção e a acumulação do capital no sistema financeiro. É essa a base do capital fictício, e pode levar à intensificação das crises econômicas quando a acumulação deixa de superar os obstáculos à continuidade da expansão da produção de mais-valia. (DOBB, 1988, p.1)

No capitalismo contemporâneo, globalizado e financeirizado, essa situação torna-se bastante acentuada, pois para seguir acumulando é necessário manter um nível de atividade alto e, para tanto, é preciso uma demanda dinâmica. Como o circuito do capital industrial torna-se cada vez menos convidativo para investimentos, uma vez que uma característica da fase madura do capitalismo é a acumulação lenta do capital, a via alternativa que se apresenta ao capital “ocioso” é o circuito do capital financeiro por um lado e o circuito do consumo por outro. O primeiro circuito será bastante alimentado pelo segundo, no qual o assalariado vende a mercadoria força de trabalho e com o salário compra suas mercadorias de consumo.

Entretanto, como as rendas salariais são pequenas e insuficientes para acompanhar o crescimento da produção, o crédito de consumo se apresenta como “solução” a esse dilema, mas que na verdade apenas adia um processo inerente ao sistema, a saber, a superprodução de mercadorias que se manifesta sob a forma de crises.

4. A crise atual do sistema capitalista

O mercado financeiro dos Estados Unidos, na última década do século passado, foi marcado por uma inflação muito baixa, reflexo de políticas monetárias contracionistas adotadas pelo governo americano desde a passagem da década de 1970 para década de 1980.

[...] a transição dos anos 70 aos anos 80 foi marcada por um acontecimento emblemático da nova ordem social: a decisão, em 1979, do Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED), de elevar a taxa de juros ao nível requerido para a eliminação da inflação, não importando os custos aos países do centro e da periferia. (DUMÈNIL; LÉVY, 2005, p.85)

Paralelamente, o mundo experimenta uma série de mudanças que se convencionou chamar de virada neoliberal⁶, onde ocorre uma onda de liberalização financeira que redireciona a base da relação de dominação no interior da sociedade. Sabe-se que na sociedade capitalista, a propriedade dos meios de produção é que determina a classe dominante, entretanto, essa relação de propriedade se transforma ao longo do tempo.

[...] essa propriedade se manifesta sob diferentes formas institucionais, que se modificam ao longo do tempo. Originalmente, referia-se a propriedade individual e familiar das empresas, cuja gestão estava sob controle direto dos proprietários. Essa relação de propriedade evoluiu até a propriedade financeira das sociedades (quer dizer, exercida por intermédio da posse de títulos), em que o poder dos proprietários se concentra nas instituições financeiras. (DUMÈNIL; LÉVY, 2005, p.87)

Esse processo de dominação das finanças acentuaria a competição entre os bancos e as financeiras por clientes, fossem eles famílias, empresas ou governo. Era o retorno da ideologia do *laissez-faire* ou livre mercado que passava a dominar as políticas econômicas no mundo todo. Esse fenômeno torna-se mais latente com a globalização financeira, pois se estende para além das fronteiras estadunidenses e de outros países centrais e se espalha para o resto do mundo.

Os bancos e financeiras dos EUA, aproveitando-se da desregulamentação financeira, além da falta de supervisão de suas ações pelos órgãos fiscalizadores do estado, buscaram

⁶ Dumènil e Lévy definem como sendo o segundo período neoliberal aquele correspondente a reafirmação do poder das finanças no início dos anos 1980, depois de um período de perda da hegemonia no período correspondente ao final do século XIX até 1929, quando ocorre a quebra da bolsa de Nova York e inicia a grande depressão do século XX.

novos mercados em países emergentes, que, por oferecerem risco maior de calote, pagavam juros mais altos pelos empréstimos concedidos. Houve, então, um forte deslocamento dos investimentos para o setor financeiro, que resultou em valores completamente distintos entre a riqueza proveniente de títulos financeiros e a riqueza real produzida na economia mundial, baseada na produção. Dessa forma, o mercado financeiro americano expandiu fortemente e com cada vez menos precaução, através de novas formas de arquitetura financeira, o que se traduziu num disparate entre a riqueza real e a de caráter ilusória, baseada em capital fictício.

O resultado desse processo foi que, no final de 2008, a riqueza financeira em títulos derivativos, estimada em 600 trilhões de dólares, era quase cinco vezes maior que a soma dos ativos financeiros relacionados à dívida primária, estimados em 130 trilhões de dólares, e cerca de dez vezes maior que a riqueza real, representada pela somatória do PIB mundial e estimada em 65 trilhões de dólares, conforme dados do *Bank for International Settlements (BIS)*⁷

Esses números expressam a dominação do capital financeiro de natureza especulativa, de capital fictício, que exigem uma quantidade cada vez maior de mais-valia que deve ser extraída do trabalho produtivo. O mercado imobiliário americano apresentou-se como capaz de dar sustentação a esse processo, já que no início da década de 2000 experimenta um superaquecimento que se traduziu em maiores investimentos reais. Todavia, isso não seria possível sem a crescente especulação, tanto no mercado imobiliário, quanto no mercado de títulos hipotecários, onde se verificou um crescimento exponencial na emissão de títulos e derivativos financeiros. Na verdade o mercado hipotecário americano já vinha experimentando fortes mudanças desde o último quarto do século passado, que se transformaram em um verdadeiro frenesi no período atual, mais precisamente entre os anos 2000 e 2005, quando os preços das residências cresceram num ritmo médio de 6,4% ao ano, sendo que neste último ano atingiu-se um pico de 14% (GONTIJO; OLIVEIRA, 2008, p.35).

Nesse contexto de elevação dos preços dos imóveis residenciais e, conseqüentemente, de considerável aumento dos investimentos nesse setor, verificou-se uma mudança drástica no mercado hipotecário. É que, embora o setor de construção residencial seja pouco sensível a renda corrente, ele é altamente dependente do crédito imobiliário que fomentou uma série de inovações financeiras no mercado de derivativos, atraindo com isso novos clientes e investidores de maior risco. Assim, o mercado de financiamento de imóveis

⁷ Publicado no jornal Valor Econômico em 22/10/2008.

em vez de uma relação simples entre os bancos comerciais e os compradores de casa, virou um labirinto de bancos de investimento, *hedge funds*, fundos de aposentadoria, etc. Então o papel de securitização das hipotecas ganhou grande importância, pois propiciou um elevado grau de alavancagem das instituições financeiras que operavam nesse tipo de mercado, fato esse que transformou um problema setorial e localizado (insolvência dos empréstimos imobiliários *subprime*⁸) em um problema de grande abrangência, uma vez que contagiou, praticamente, todos os demais setores do mercado financeiro e atravessou o oceano, atingindo duramente as instituições financeiras da Europa que também compraram tais títulos securitizados.

Portanto, foram os elevados retornos das operações de securitização de hipotecas e a abundância de crédito, a favorecer a aquisição de residências por famílias sem condições financeiras (NINJAS), aliados à forte elevação dos preços dos imóveis que resultaram no *boom* do mercado hipotecário estadunidense e que propiciaram o surgimento de uma “bolha” imobiliária. Entretanto, tal “bolha” começou a desinflar quando os preços dos imóveis americanos começaram a cair em meados de 2006, como resultado da conjugação de juros mais elevados e do excesso de oferta de casas, resultante da própria elevação de preços no período anterior.

Esse estouro desencadeou a crise que se manifestou primeiramente no mercado de títulos hipotecários *subprime*, mas que devido ao pânico que se instalou, alastrou-se rapidamente para outros segmentos da esfera financeira, derrubando ações de várias empresas. O crédito foi, então, restringido e isso afetou o mercado produtivo, desencadeando um processo recessivo que evoluía rapidamente para um quadro de estagnação econômica. Assistiu-se nesse período a insolvência de vários bancos de grande porte dos EUA e de outras economias consideradas sólidas.

Esta estreita relação com o mercado financeiro fez com a crise de 2007 fosse interpretada por diversos autores como mais uma crise financeira, enraizada no colapso do mercado hipotecário e, em seguida, pelo mercado de crédito dos Estados Unidos. Entretanto, pela análise das variáveis trabalhadas anteriormente (a exploração do trabalho e o papel do capital fictício e do crédito), consideramos a crise financeira apenas uma manifestação de uma

⁸*Subprime* é uma forma de crédito utilizado pelo setor imobiliário destinada a tomadores de empréstimo que representam maior risco. Parte desse segmento de mercado é chamado de NINJAS (*no income, no job, no assets*) que são os tomadores de empréstimos que não tem renda, garantias ou história de crédito que justifiquem a concessão do empréstimo. São as pessoas que antes ficavam de fora do mercado de financiamento de imóveis, por falta de qualificações suficientes para convencerem as instituições financeiras de que representavam um risco aceitável.

crise maior causada por fatores subjacentes à economia real. Isso impõe a necessidade de avaliar a lógica dessa crise, buscando identificar a sua essência.

Considerando que o processo de desenvolvimento do capital produziu um grande avanço das forças produtivas, principalmente nos países centrais, com destaque para os Estados Unidos, e que no período de globalização neoliberal aguçou ainda mais as contradições das relações capitalistas, refletida numa maior exploração da força de trabalho que, entretanto, não foi suficiente para impedir a pressão crescente da tendência de queda da taxa de lucro. Queda essa camuflada pelo crescimento da economia estadunidense – levando a reboque as economias de outros países importantes – que teve como sustentação o grande crescimento do capital fictício e, por isso, quando a crise foi desencadeada, a redução da taxa de juros proporcionada pelos governos de praticamente todos os países afetados, com destaque para os chamados desenvolvidos, não proporcionou a retomada das atividades produtivas na magnitude desejada. Para ilustrar essa relação existente entre o desempenho dos EUA e a crise atual, é importante examinar o comportamento da taxa de lucro americana.

Percebe-se pela análise do Gráfico 4, que a taxa de lucro dos Estados Unidos sofre uma longa queda em meados da década de 1960, começa a se recuperar desde meados dos anos 1980 e segue se elevando até 1997, ano esse a partir do qual sofre certo declínio, retomando o crescimento em seguida, no início da década de 2000, como pode ser observado no gráfico. O aumento da taxa de lucro foi possibilitado tanto pela imposição de altas taxas de exploração do trabalho conquistadas por algumas esferas da produção mundial, como pela manipulação de instrumentos financeiros que, contudo, não são capazes de gerar valor novo. Isso significa que a recuperação da taxa de lucro não foi acompanhada pelo crescimento da taxa de acumulação (ver Gráfico 5), pois essa última depende da geração crescente de mais-valia pelo trabalho produtivo, mas o que se verificou nesse período foi uma intensa substituição dos investimentos produtivos por inversões financeiras.

Ressalte-se que, em um contexto de dificuldades para a acumulação⁹, e de desregulamentação da órbita financeira, o aumento dos lucros ocorrido na década de 2000 foi sustentado pelo crédito fácil que se direcionava, em parte, ao financiamento do consumo, elevando a demanda e proporcionando um aquecimento no mercado de bens de consumo duráveis, principalmente no de habitações, por se tratar de um bem de consumo de elevado valor que compromete uma boa parte da renda do trabalhador.

⁹ Na fase contemporânea do capitalismo, a taxa de lucro é sustentada artificialmente alta pelo capital fictício, pois a taxa de acumulação tem um movimento descendente nesse período.

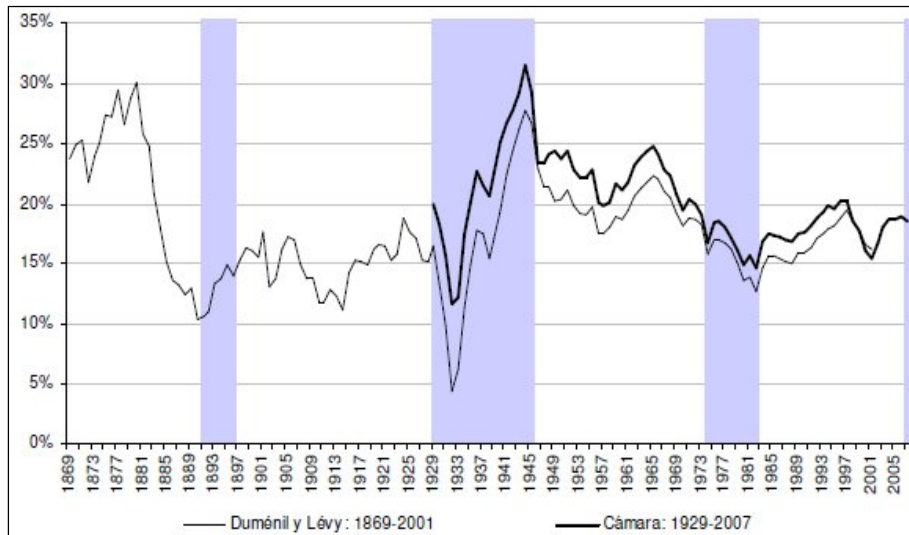


Gráfico 4 - Taxa de Lucro dos Estados Unidos, 1869 a 2007.

Fonte: Câmara (2009).

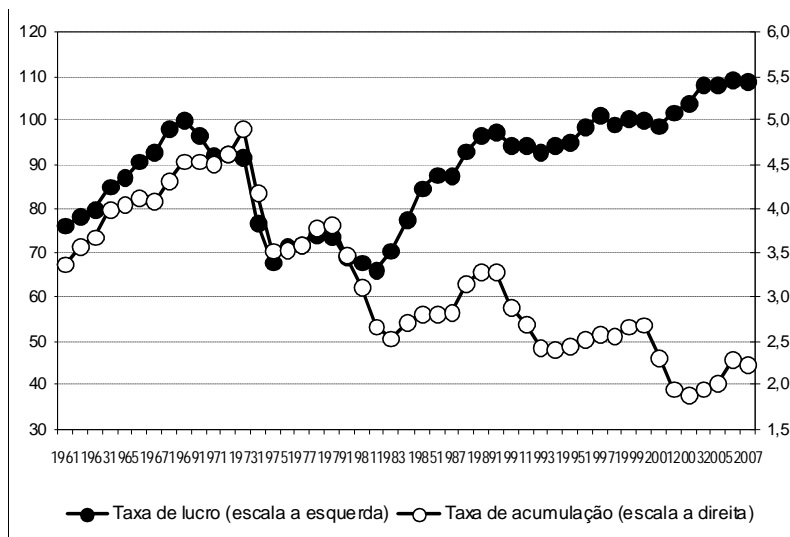


Gráfico 5 – Taxa de Lucro e Taxa de Acumulação

Estados Unidos + União Européia + Japão

Taxa de acumulação = taxa de crescimento do volume de capital líquido

Taxa de lucro = benefício/capital (ano 2000: base 100)

Fonte: <http://hussonet.free.fr>

A imensa quantidade de títulos e derivativos financeiros que foram criados nesse período aumentou exponencialmente a quantidade de capital fictício na economia, proporcionando um crescimento econômico não calcado em bases concretas, já que o capital

fictício, conforme já explicitado, não gera valor, mas apenas se apropria de uma parte do valor gerado anteriormente na produção pelo trabalho.

Isso implica dizer que a crise tem sua raiz plantada em bases mais profundas ligadas a impossibilidade do sistema de lidar com as suas contradições, onde os capitalistas se vêem obrigados pelo próprio sistema a agir de uma maneira que, visando aumentar suas lucratividades, acabam por diminuir a taxa geral de lucro devido ao aumento da composição orgânica do capital, compelida pela concorrência capitalista. O sistema capitalista, entretanto, sempre está buscando formas e alternativas para compensar essa queda na taxa de lucro, já que o resultado dela é uma produção acima da capacidade de consumo pela sociedade, gerando dessa maneira uma crise de superprodução.

Nesse sentido, o crédito pode e é utilizado como instrumento de fomentação do consumo para demandar a produção crescente, mas que não se sustenta no tempo, já que em algum momento, principalmente nas crises, os agentes econômicos recorrem àquilo que se convencionou chamar de liquidez imediata ou que preferimos chamar, de real valor. Nessas horas, verifica-se que a riqueza existente na economia na forma de capital fictício é maior do que a riqueza realmente existente, baseada no valor gerado pelo trabalho. É que o valor não surge do nada, o crédito apenas adia a necessidade que o sistema tem da geração de valor novo, ou seja, de mais-valia, que se traduz em lucro, objetivo último do capitalista, mas isso só é possível com o trabalho produtivo.

O crédito, portanto, acabou jogando para frente um problema intrínseco ao sistema capitalista, uma vez que proporcionou um crescimento exponencial de capital fictício, que por não produzir a base real da acumulação, a saber, a mais-valia, exige cada vez mais rapidez do setor produtivo nessa tarefa. Quando isso não ocorre na magnitude necessária, parece que o sistema entra numa situação de insustentabilidade que precipita aquilo que é inerente a ele: a crise. Aqui cabe uma ressalva, diferente do que pensam os teóricos do *mainstream*, a crise não representa uma anormalidade, ao contrário, ela é fruto do funcionamento normal do sistema e totalmente inerente a ele, dada as suas contradições constitutivas. E mais, é necessária a sua ocorrência para destruição de forças produtivas, capital excedente, e recuperação da composição orgânica do capital na proporção correta da recuperação da taxa de lucro.

Considerações Finais

A forma atual de acumulação, baseada em capital fictício, propicia a criação de bolhas e aparecimento de crises como esta última, mas ainda assim quaisquer medidas, mesmo aquelas que tenham caráter meramente reformista, como as que propõem maior regulação do mercado financeiro e controle de capitais, não são interessantes ao capital contemporâneo, já que o liberalismo comercial e o financeiro são essenciais para a manutenção dos interesses das empresas capitalistas. Por conta disso, as instituições existentes no Estado intervêm no sentido de recuperar o sistema atual de acumulação e impedir que a crise provoque estragos maiores do que os já apresentados.

Portanto, as medidas adotadas de socorro ao grande capital através da injeção de trilhões de dólares parecem não ter caminhado no sentido da destruição de capital na magnitude necessária para a constituição de um novo ciclo de expansão. Ao contrário, o Estado intensificou o seu endividamento, mantendo as condições para a remuneração fictícia do capital excedente, responsável por mascarar a tendência à queda na taxa de lucro e por assentar a acumulação de capital em bases não-sólidas, subvertendo a lei do valor em termos de sua remuneração e exigindo do capital produtivo um montante de valor excedente capaz de assegurar essa forma de acumulação. Com isso, aprofunda-se a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização dos empregos, aumenta a taxa de exploração do trabalho e tornam-se mais precárias as condições de vida dos trabalhadores.

Paralelo a isso, o capital especulativo se tornou preponderante, atingindo a maior parte dos investimentos realizados, os ganhos líquidos do capitalismo eram bem menos possíveis, apesar de muitos capitalistas individuais estarem se beneficiando bastante desse momento. Mas, como sabemos, quanto maior a porcentagem do capital investido no setor financeiro, menor é o excedente global ou a mais-valia global gerada e, assim, menores são as taxas de crescimento e acumulação. Isso representou uma crescente separação entre a esfera financeira e a esfera produtiva na economia, que se refletiu em uma excessiva autonomia do setor financeiro para os interesses do capital em geral devido a criação de capital fictício.

O excesso de capital fictício ajuda a camuflar a queda da taxa de lucro e dá uma aparência de que tudo vai bem, até que uma crise se irrompe. Todavia, temos que recordar que as crises se apresentam como soluções temporárias para as contradições do modo de produção capitalista e como há uma crescente contradição entre a expansão do capital financeiro, que não está gerando mais-valia e as necessidades da valorização do capital em geral, que precisa cada vez mais de mais-valia para acumulação e crescimento, o resultado foi o

desencadeamento da crise. E ainda que o capital financeiro tenha feito empréstimos ao capital produtivo, a proporção do capital financeiro que era simplesmente capital fictício tornou-se tão elevada que o setor produtivo não conseguiu acompanhá-lo e isso começou ameaçar o funcionamento do sistema até o desencadeamento da crise.

Portanto, a crise atual está ligada ao colapso da arquitetura financeira, e, mais do que isso, é fruto das dificuldades históricas de valorização do capital na esfera produtiva, dado que o capital adotou a aplicação de crédito maciço e a desregulamentação dos mercados financeiros, dando proporções mais amplas à especulação financeira, a fim de forçar os limites impostos ao sistema pela produção, mas isso só serviu para empurrar tais dificuldades para mais adiante. Dessa maneira, compreendemos que o desfecho da brutal ofensiva contra as conquistas da classe operária e do achatamento salarial de longo prazo está ancorado na hipertrofiada esfera financeira, que foi uma estratégia útil enquanto mascarava os obstáculos criados pela elevação da composição orgânica do capital e pela sobreacumulação de capital, sem, porém, solucioná-los.

Referência Bibliográfica

ALVES, G. *Trabalho e Mundialização do Capital – A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização*. 2. ed. Londrina: Editora Praxis, 1999.

BELUZZO, L.G. Prefácio. In: CHESNAIS, F. (org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CÂMARA, S. Reestructuración y Crisis Neoliberal. Una Perspectiva desde Estados Unidos. In: Coloquio Internacional de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico - SEPLA, 5, 2009, São Paulo. *Anais eletrônicos do V Coloquio Internacional de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico*, São Paulo: PUC, 2009.

DOBB, Maurice. Acumulação. In: BOTTOMORE, T. (ed). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, F. (org.). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-9, abr. 2007.

FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. Financial Implosion and Stagnation: back to the real economy. In: *Monthly Review*, dez. 2008. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/081201foster-magdoff.php>>. Acesso em: 15 mai. 2010.

GILSON, D. Crise Financeira ou Crise Histórica do Capitalismo? In: *Contra a Corrente*: revista marxista de teoria, política história contemporânea, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 14-21, 2009.

GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F. *Subprime*: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte: 2009.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HUSSON, M. *La baisse tendancielle de La part salariale*. 23 set. 2007. Disponível em: <hussonet.free.fr/parvabis.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2011.

LÊNIN, V. I. *O Imperialismo*: fase superior do capitalismo. 4 ed. São Paulo: Global, 1987.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. 2. ed., livro I, v.II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *O Capital*: crítica da economia política: Livro III. 5. Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1987, 4 v.

_____. *O Capital*: crítica da economia política: Livro I, 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 2 v.

MOLLO, M. R. Crise e Deflação de Ativos: por quê? In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA – AKB (org.). *Dossiê da Crise*. Rio Grande do Sul: 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política*: uma introdução crítica. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

POCHMANN, M. *A Transnacionalização da Terceirização na Contratação do Trabalho*. Campinas, São Paulo: 2008.